

Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória Nº 791, que cria a Agência Nacional de Mineração e Extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

CD/17143.98213-25

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

(Dos Srs. Nilto Tatto e Zé Carlos)

Requer a realização de Audiência Pública com a Associação Brasileira de Agências de Regulação, a Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais e a Associação Nacional dos Servidores do DNPM.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, realização de Audiência Pública com o Presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação – ABAR, com o Presidente da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais – ANER e com o Presidente da Associação Nacional dos Servidores do DNPM - ASNDPM.

JUSTIFICAÇÃO

Na proposta da Medida Provisória nº 791/2017 está prevista a criação de nova Agência, vinculada ao Ministério de Minas e Energia,

destinada a implementar as políticas nacionais para o setor de mineração, compreendidas a normatização, a gestão de informações e a fiscalização do aproveitamento dos recursos minerais no País. A MP também estabelece que a nova Agência assumirá as funções atualmente exercidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão criado em 1934, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, responsável pela outorga e fiscalização das concessões minerais no País.

Para debater de forma adequada a proposta de extinção do DNPM e a criação da Agência Nacional de Mineração como um órgão de regulação de fato, é importante ouvirmos as entidades representativas dos servidores sobre a atividade reguladora e os impactos na transformação de DNPM para a nova agência. Para tanto, propomos convidar as seguintes entidades:

- ABAR – Associação Brasileira de Agências de Regulação;
- ANER – Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais;
- ANSDNPM – Associação Nacional dos Servidores do DNPM; e
- MAM - Movimento dos Atingidos pela Mineração.

Diante do exposto, consideramos muito importante que se realize a Audiência Pública ora proposta, para a qual pedimos apoio dos nobres Pares desta Comissão.

Sala da Comissão, em

de 2017.

Deputado Nilto Tatto (PT/SP)

Deputado Zé Carlos (PT/MA)

CD/17143.98213-25